

Opinião

EDITORIAL

Multinacionais e paraísos fiscais

A operação de busca e a apreensão de documentos que o Ministério das Finanças da França impôs nesta semana ao escritório local do Google são mais uma prova de como tem crescido a preocupação global com a evasão fiscal promovida por grandes multinacionais. A competição tributária desleal praticada por paraísos fiscais – explicitada no escândalo dos “Panama Papers” – já é considerada um entrave para o próprio desenvolvimento das nações menos abastadas e foi tema de um seminário do Banco Mundial nos últimos dias.

A acusação que pesa sobre o gigante da tecnologia é comum a outras corporações globais: a abertura de um escritório na Irlanda, país que possui o menor imposto sobre o ganho das empresas em toda a Europa.

Uma advogada especialista no tema dos paraísos fiscais disse no evento do Bird que grupos como Apple, Caterpillar, HP e Microsoft também possuem subsidiárias locais com esse fim. Em artigo recente na revista *Desafios do*

FÓRUNS GLOBAIS QUEREM IMPEDIR A EVASÃO E A ELISÃO DE TRIBUTOS

Desenvolvimento do Ipea, o economista e ex-deputado federal Marcos Cintra listou dados conflitantes sobre a dimensão dos recursos que passam pelos paraísos fiscais, o que comprova a falta de transparência que a garantia de anonimato traz.

Para o economista norte-americano Gabriel Zucman, cerca de 8% da riqueza financeira global

estão nessas regiões autônomas, algo perto de US\$ 7,6 trilhões em 2014. Só esse montante representaria perdas de US\$ 143 bilhões de receitas para os governos.

Ainda segundo o artigo, um relatório da rede Tax Justice Network estimou que o equivalente à metade do PIB mundial repousava nesses paraísos em 2010.

Os organismos internacionais como FMI, ONU, OCDE, além do próprio Bird, têm estudado como impedir que a criatividade no planejamento tributário das multinacionais continue a fomentar a evasão e a elisão fiscal. Os países do G20 conseguiram um acordo para a troca automática de informações de clientes com depósitos superiores a US\$ 250 mil. A OCDE também negociou um pacote para que as empresas transnacionais declararem seus lucros na origem de suas atividades.



Fim de doações vai favorecer reeleição

A continuidade nas atuais gestões municipais será favorecida nas eleições municipais deste ano pela proibição das doações de recursos de empresas para candidatos. Seja daqueles que vão disputar a reeleição, seja dos escolhidos para suceder os atuais prefeitos. A eleição de outubro deste ano será a primeira, desde 1988, quando foi promulgada a Constituição vigente, que os partidos não contarão com doações de empresas para fazer campanha eleitoral. Em setembro passado esse tipo de doação de doação foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em boa parte em decorrência da Operação Lava Jato.

Campanha sem ajuda de empresas

Os atuais gestores municipais contam com a vantagem da máquina governamental. Mas candidatos muito conhecidos na mídia também deverão ganhar com as novas regras de campanha eleitoral, que também incluem um espaço de tempo menor para ganhar a preferência do eleitorado. Na avaliação da Arko Advice, a legislação que será inaugurada neste ano deverá resultar em grande renovação nas Câmaras de Vereadores. Quem não tem mandato tem chance de disputar com quem tenta renovar seu mandato numa situação menos desigual.

Para as mulheres empreendedoras

“A nova plataforma do Mulher Empreendedora conta com mais de 400 conteúdos entre vídeos, documentos, apresentações, textos e documentos diversos focados em gestão, finanças, marketing e demais temas ligados ao empreendedorismo feminino. Acreditamos que é um bom meio de inspirar mulheres à frente de empresas e também para aquelas que querem começar o próprio negócio”, diz Denise Hills, superintendente de sustentabilidade e negócios inclusivos do Itaú Unibanco e responsável pelo Itaú Mulher Empreendedora.

Voar sem preocupação

O feriado de Corpus Christi incrementou em 30% as viagens de jatos e helicópteros administrados pela Avantto, especializada na gestão de aeronaves executivas. Os principais destinos previstos para os clientes da companhia foram as cidades do litoral norte de São Paulo, Angra dos Reis (RJ) e Trancoso (BA). Com 60 aeronaves administradas, a Avantto oferece um modelo de gestão “mais prático, garantindo total disponibilidade, independente de paradas de manutenção ou de folgas dos tripulantes, com menor custo mensal”, segundo Rogério Andrade, presidente da Avantto.

Tecnologia e saúde

A tecnologia a serviço do homem e da sua mente é o tema da palestra de Claudio Lottenberg, presidente do Lide Saúde e do Hospital Albert Einstein, no 5º Fórum da Saúde e Bem-Estar, na capital paulista, na próxima terça (31). No evento do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), ele debaterá ao lado de Giovanni Guido Cerri, presidente do conselho diretor do Instituto de Radiologia do Hospital das Clínicas; Dirceu Barbano, sócio da B2Cd Consultoria Empresarial e ex-presidente da Anvisa; e Daniel Mazon, vice-presidente da Philips na América Latina.

ARTIGO

O ajuste possível

A receita é cortar juros e obter recursos extraordinários com alta de tributos

Notícias divulgadas recentemente apontam para um déficit primário de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016. Somando esse resultado à conta de juros, o setor público brasileiro deverá fechar o ano de 2016 com um déficit nominal de 10% do PIB, o que irá elevar a dívida bruta para 75% do PIB no início de 2017. Mantidas essas condições a trajetória da dívida pública é insustentável, fazendo com que mais cedo ou mais tarde o setor público brasileiro se torne insolvente, o que exigirá a monetização da dívida pública em larga escala, empurrando assim a economia brasileira para uma hiperinflação.

Para impedir que esse cenário se materialize é necessário que o setor público volte a obter um superávit primário na magnitude necessária para a estabilização da dívida pública. Isso nos coloca duas questões. Em primeiro lugar, qual deve ser o tamanho do superávit primário requerido para esse fim; e em segundo lugar, de que forma será possível transformar um déficit primário de 2,5% do PIB num superávit primário expressivo sem aprofundar ainda mais o quadro recessivo no qual se encontra a economia brasileira?

O tamanho do superávit primário requerido depende de três variáveis: o nível da dívida pública/PIB, a taxa real de juros e a taxa de crescimento do PIB real. Dadas as duas últimas, o superávit primário requerido será tão mais alta quanto maior for a dívida pública/PIB.

Isso significa que quanto mais tempo levar para aumentar o superávit primário para o nível requerido, maior terá que ser o esforço fiscal subsequente, pois maior será a dívida bruta que irá se acumular durante o período de procrastinação do ajuste fiscal.

A boa notícia é que muito em breve o Banco Central deverá iniciar um ciclo de redução da ta-

xa de juros, o que irá reduzir o superávit primário requerido. A redução dos juros permitirá também uma retomada gradual do nível de atividade econômica, fazendo com que o PIB possa crescer em torno de 1% em termos reais ao longo do ano de 2017. A combinação de um juro real de cerca de 3% ao ano com um crescimento do PIB real de 1% fará com que o superávit primário requerido para a estabilização da dívida pública seja de 1,5% do PIB.

Como uma virada fiscal de 4% do PIB pode ser obtida entre 2016 e 2017? Dado que as despesas discricionárias já foram substancialmente reduzidas na gestão Levy-Barbosa, a única saída é por intermédio da combinação de elevação de impostos e obtenção de receitas extraordinárias.

No que se refere à elevação de impostos, propomos a reintrodução do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos distribuídos, o que poderia gerar uma arrecadação de 0,7% do PIB. Esse imposto não tem impacto negativo sobre a competitividade da indústria, como é o caso da famigerada Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), e ainda atua no sentido de aumentar a progressividade da distribuição pessoal de renda.

No que tange à obtenção de receitas extraordinárias, propomos que o governo realize a securitização da Dívida Ativa da União, a qual poderá proporcionar uma receita extraordinária (não recorrente) de 2,5% a 3,5% do PIB. Essas medidas permitiriam o equacionamento temporário do problema fiscal brasileiro, comprando assim o tempo necessário para que o retorno a um crescimento econômico mais robusto faça o ajuste fiscal pelo lado das receitas.

JOSÉ LUIS OREIRO

PROFESSOR DE ECONOMIA DA UFRJ



jose.oreiro@ie.ufrj.br

DCI

Panorama Diário Comercial e Publicidade Ltda.

“É vetada a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste jornal, a não ser com a autorização expressa do Diretor de Redação”

FSC MISTO Papel FSC® C113259

IVC ASSOCIADO A ANJ

CONSELHO EDITORIAL - Alaide Quercia, Cristiane Quercia, Andreia Quercia, Claudia Rei, Raphael Müller, Roberto Lira e Lilianna Lavoratti

DIRETORIA - DIRETOR EXECUTIVO: Raphael Müller - raphaelmuller@dci.com.br

REDAÇÃO - DIRETOR: Roberto Lira - roberto.lira@dci.com.br

EDITORA-ABERTURA: Adriane Castilho - adriane.castilho@dci.com.br;

EDITORA-FECHAMENTO: Lilianna Lavoratti - liliana@dci.com.br;

EDITORES: Anna Lúcia França, Claudia Bozzo, Fernanda Bompan, Paula Cristina Silva, Renê Gardim, Vanessa Stecanella e Wagner Gueller;

CORRESPONDENTES: BAURU - Anna Maria Ferreira, ABCD - Juliana Cristina, BRASÍLIA - Abnor Gondim, CAMPINAS - Milton Paes, RIBERAÓ PRETO - Bete Cervi, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Julio Ottoboni; AGÊNCIAS

NOTICIOSAS: Agência Brasil (AB), Agência Estado (AE), Agência Lusa (AL) e Reuters

DEPARTAMENTO COMERCIAL -

DIRETOR: Martim Novaes - martim.novaes@dci.com.br; GERENTES: São

Paulo - Luiz Prusas - luiz.prusas@dci.com.br - Nacional - Sandro Bertolotti - sandrob@dci.com.br - Publicidade

Legal - Carlos Pontes - carlos.pontes@dci.com.br

Publicidade - Para anunciar: (11) 5095-5300/5301 de 2ª a 6ª, das 8 às 19 horas, e-mail: comercial.institucional@dci.com.br/ comercial.legal@dci.com.br

Departamento de assinaturas -

ATENDIMENTO AO ASSINANTE (SAA):

Dúvidas, sugestões ou reclamações: (11) 5095-5335 de 2ª a 6ª, das 8 às 18 horas, email: atendimento@dci.com.br;

Para assinar: São Paulo e Grande São Paulo - (11) 5095-5335, Demais localidades - 0800-77-03-324, assinaturas@dci.com.br

Redação - Telefone (11) 5095 5200, fax (11) 5095 5308, email: redacao@dci.com.br

Sede São Paulo - Rua Major Quedinho, 90 - 7ª e 8ª andar, Centro, São Paulo, SP, CEP 01050-030, Telefone (11) 5095 5200

Impressão - S.A. O Estado de S. Paulo